

Projeto: Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: desafios da implementação

Levantamento da Produção Acadêmica sobre População Infantil e Adolescente em Situação de Rua no Brasil (2000-2015)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência - FERREIRA, Frederico Poley Martins; NOGUEIRA Jr., Reginaldo Pinto; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Determinantes da escolarização de crianças e adolescentes em situação de rua no estado de Minas Gerais. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 465-488, jul./set. 2010.

2) Resumo e Palavras-Chave - O artigo investiga os determinantes do acesso à educação de crianças e adolescentes em situação de rua no estado de Minas Gerais. Os dados utilizados se baseiam em uma ampla pesquisa realizada nos 21 maiores municípios do estado, que culminou com a coleta de diversas informações de um total de 3.028 crianças e adolescentes que moram ou exercem alguma atividade remunerada nas ruas. Com base nesses dados, estimou-se um modelo Logit, que permitiu identificar a correlação entre diversas variáveis e o acesso à educação. Os resultados encontrados vão na direção dos principais desenvolvimentos da literatura, demonstrando a influência negativa, entre outros fatores, do número de dias trabalhados, moradia na rua, da idade, da gravidez na adolescência, e da localização em município da região metropolitana. Por outro lado, políticas públicas de transferência de renda parecem ampliar as possibilidades de estudo para as crianças e adolescentes que trabalham ou vivem nas ruas.

Palavras-Chave: acesso à educação; desigualdade educacional; trabalho infantil.

3) Objetivo do estudo - analisar os determinantes do acesso à educação de crianças e adolescentes que compartilham uma condição específica e aguda de vulnerabilidade: eles têm as ruas como referências centrais de vida ou de trabalho.

4) Tipo de pesquisa – quantitativa. Baseia-se em uma ampla pesquisa realizada em 2007 nos 21 maiores municípios do estado de Minas Gerais, que culminou com a coleta de diversas informações de um total de 3.028 crianças e adolescentes que moram ou exercem alguma atividade remunerada nas ruas.

5) Período da pesquisa – não se aplica.

6) Forma de coleta de dados – não se aplica.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico - com base nos dados, estimou-se um modelo econométrico (Logit), que permitiu identificar a correlação entre diversas variáveis e o acesso à educação.

8) Resultados / dados produzidos - os resultados encontrados vão na direção dos principais desenvolvimentos da literatura, demonstrando a influência negativa, entre outros fatores, do número de dias trabalhados, moradia na rua, da idade, da gravidez na adolescência, e da localização em município da região metropolitana. Por outro lado, políticas públicas de transferência de renda parecem ampliar as possibilidades de estudo para as crianças e adolescentes que trabalham ou vivem nas ruas. As variáveis que possuem sinais negativos, ou seja, que estão negativamente correlacionadas com a variável “estuda”, são: “dias de trabalho semanais”, “dormiu em alguma instituição”, “idade”, “mora na rua”, “número de irmãos”, “possui filhos”, “problema de saúde”, “sexo”, e “vítima de violência”. Por outro lado, as variáveis positivamente correlacionadas com a variável “estuda” são: “programa social” e “transferência condicionada”. As variáveis “sexo” e “problema de saúde” possuem coeficientes de sinal negativo, porém não são estatisticamente diferentes de zero, isto é, não possuem um impacto estatístico significativo sobre a variável “estuda” (apresenta tabelas).

9) Recomendações - As intervenções públicas ou não governamentais estão associadas com um aumento da probabilidade de escolarização. Bolsa Família, PETI e outros projetos têm aparentemente efeito significativo sobre a escolarização mesmo em um segmento particularmente vulnerável como as crianças e adolescentes em situação de rua. Ou seja, a ideia de que as ações que lidam com situações fortemente adversas seriam pouco efetivas ou estariam “enxugando gelo” parece subestimar o espaço possível de intervenção sobre a escolarização.

10) Observações e destaques - É interessante notar, por um lado, que as evidências demonstram que, apesar das muito fortes restrições materiais e familiares a que o grupo de crianças e adolescentes analisado neste trabalho está exposto, há sempre probabilidades altas de frequência à escola. Isto indica que há uma demanda e um esforço por parte das crianças e adolescentes e de suas famílias em garantir a escolaridade, contrariando a ideia de senso comum de que os grupos sociais mais vulneráveis valorizariam pouco a educação de seus filhos. Os dados demonstram que o acesso à educação é influenciado – restringido ou ampliado – por um conjunto de fatores que não se limitam às dimensões mais diretamente econômicas: o capital social das famílias, maternidade ou paternidade precoce, jornada de trabalho, situação familiar e de moradia e, muito fortemente, idade.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.